

Bloco governista adia votação de juro limitado

BRASÍLIA — O esforço do presidente Fernando Collor para montar uma base parlamentar governista teve ontem os primeiros resultados na sessão da Câmara: em ação conjunta, as lideranças do governo, do PFL, do PDS e do PRN conseguiram impedir a votação do projeto que limita a 12% os juros anuais, conforme determina a Constituição. Foi uma vitória apertada — faltaram apenas nove votos para o projeto ser aprovado.

Na votação simbólica, as lideranças partidárias rejeitaram o adiamento. Mas o PFL pediu votação nominal. "Essa questão dos juros faz parte da proposta de entendimento que estamos examinando agora", disse o líder Ricardo Fiúza, para justificar seu voto pela retirada do projeto. PDS, PFL e PRN adotaram a mesma tática de não votar para obstruir a questão.

O líder do governo, Humberto Souto (PFL-MG), o líder do PRN, Arnaldo Faria de Sá, além de Ricardo Fiúza e de Eraldo Tinoco (PFL-BA), ficaram meia hora junto dos postos eletrônicos de votação para dissuadir seus companheiros de partido de votar. Preocupados, foram vendo crescer os números no painel do plenário, de 92, no primeiro momento, até 239, no encerramento da votação.

Votaram contra o adiamento 214 deputados, 22 a favor e três se abstiveram. Não alcançado o quórum de 248 deputados, a votação foi transferida para hoje.

Gastone Righi foi o único a ficar em posição contrária à de seu grupo governista. E,



Protácio Nêze/AE

Líderes reúnem-se no Congresso: muitas votações atrasadas

nofinal, acabou ouvindo uma crítica de Fiúza, irritado com suas alegações de que o projeto era "de interesse popular, contra a usura dos banqueiros". "É de um ridículo impar tabelar juros por lei", disse Fiúza.

ORÇAMENTO

O relator da Comissão Mista de Orçamento, deputado João Alves (PFL-BA), acredita que na próxima quinta-feira a proposta estará pronta para vota-

ção em plenário. Hoje a Comissão de 12 encerra a votação dos 56 relatórios setoriais envolvendo todas as despesas do governo. Com os ajustes recebidos até este mês, o total do orçamento atingirá cerca de Cr\$ 22 trilhões, segundo o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ).

O prazo de entrega dos relatórios setoriais, adiado quatro vezes, é responsável por parte do atraso no exame do orçamento, que chegou ao Congresso em 31 de agosto.